

# Escondimento de indígenas em contexto urbano na cidade de Manaus: caminhos de enfrentamento

*Hiding indigenous people in an urban context in the city of Manaus:  
coping paths*

*Matheus Marques da Costa*

## Resumo

A situação dos povos indígenas em Manaus faz parte da crise ecológica que tem implicações nas dinâmicas sociais no escondimento e violação de direitos humanos fundamentais. Nesse sentido, os objetivos da pesquisa consistem em desvelar e problematizar a marginalização dos indígenas em contexto urbano de Manaus e apresentar caminhos para o enfrentamento. Utilizamos o método hermenêutico com procedimento da pesquisa bibliográfica e da teologia contextual que leva em conta o texto, o contexto e o intérprete, inserido na realidade. Os resultados alcançados mostram que os processos de deslocamentos dos povos indígenas para a cidade de Manaus carregam a marca de uma história afetada pelas tendências de um Estado que mata seus povos originários. É o tipo de agressão à vida que desperta clamores silenciados dos povos e da terra, trata-se de injustiça e crime. A opção pela causa indígena deriva dessa convicção da vontade de Deus em busca da justiça de todas as pessoas em sua integralidade. A abertura dialógica do intercâmbio das diferenças é ocasião e possibilidade de desenvolvimento humano. Em uma sociedade pluralista, o diálogo é o caminho mais adequado para edificar a humanidade em sua dignidade.

**Palavras-chave:** Manaus. Indígenas em contexto urbano. Diálogo.

## Abstract

The situation of indigenous peoples in Manaus is part of the ecological crisis that has implications for social dynamics in the concealment and violation of fundamental human rights. In this sense, the objectives of the research consist of revealing and problematizing the marginalization of indigenous people in the urban context of Manaus and presenting ways to confront it. We use the hermeneutic method with a procedure of bibliographic research and contextual theology that takes into account the text, the context and the interpreter, inserted in reality. The results achieved show that the processes of displacement of indigenous peoples to the city of Manaus bear the mark of a history affected by the tendencies of a State that kills its native peoples. It's

the type of aggression against life that awakens silenced cries from the people and the land, it is injustice and crime. The choice for the indigenous cause derives from this conviction of God's will in the search for justice for all people in their entirety. The dialogic opening of the exchange of differences is an opportunity and possibility for human development. In a pluralistic society, dialogue is the most appropriate way to build humanity in its dignity.

**Keywords:** Manaus. Indigenous people in an urban context. Dialogue.

## Introdução

Manaus configura uma metrópole inserida dentro do contexto amazônico caracterizado por uma marcante sociodiversidade que resulta de um longo processo geológico e histórico-cultural. O território manauara em seu espaço urbano é, em grande parte, preenchido por regiões periféricas, deixando aparente a exclusão e a desigualdade social em consequência do desenvolvimento desordenado em que muitas questões contribuem para a marginalização. Este texto discute o escondimento de povos indígenas em contexto urbano na cidade de Manaus que, entendemos, está expressa em marginalização e em violações de direitos fundamentais.

No último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), pela primeira vez a pergunta sobre a autodeclaração indígena era aplicada fora dos territórios delimitados. Em entrevista<sup>1</sup>, o gerente de Territórios Tradicionais e Áreas Protegidas, Fernando Damasco, atestou que “os povos indígenas estão presentes nas cidades, em áreas urbanas, em áreas rurais, em áreas remotas, em favelas”. Os resultados do censo de 2022 mostram que o município brasileiro com maior número de indígenas é Manaus, com 71.713 mil pessoas. Na capital amazonense, existem quatro grandes áreas de ocupações indígenas [...], a maior delas, o Parque das Tribos, tem cerca de 4 mil famílias”<sup>2</sup>.

Importa enfatizar que se trata da presença de diversas etnias providas de múltiplas regiões, haja vista que Manaus se insere na lógica de uma região com grande mobilidade interna e externa. “Existem causas sociopolíticas, climáticas, de perseguição étnica e econômicas [...] induzidas em sua maioria pelos projetos políticos, os megaprojetos e as empresas extrativistas, que atraem trabalhadores, mas que, ao mesmo tempo, expulsam os habitantes dos territórios afetados”<sup>3</sup>. Assim, partimos do pressuposto de que é assimilado que a situação dos povos indígenas em Manaus faz parte da crise ecológica que tem implicações nas dinâmicas sociais.

São diversos os aspectos que atestam a crise socioambiental. Por isso, uma verdadeira abordagem ecológica sempre se torna uma abordagem social, que deve integrar a justiça nos debates sobre o meio ambiente, para ouvir tanto o clamor da terra como o clamor dos pobres<sup>4</sup>. A questão de fundo em que se baseou essa produção é a

---

<sup>1</sup> CABRAL, U.; GOMES, I., Censo 2022.

<sup>2</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p.30.

<sup>3</sup> REPAM, *Intrumentum Laboris*, 64.

<sup>4</sup> LS 49.

possibilidade de enfrentamento da crise socioambiental que sujeita os povos indígenas no contexto urbano de Manaus.

Na primeira parte do texto apresentamos o escondimento dos povos indígenas como ameaça e agressão à vida que gera clamores dos povos e da terra e pode ser entendido como injustiça e crime. Entendemos que a realidade dos povos indígenas nos centros urbanos merece atenção, pois são os mais expostos aos enormes problemas da delinquência juvenil, falta de trabalho, lutas étnicas e injustiças sociais<sup>5</sup>. Para Cortina *“las víctimas no se seleccionan por su identidad personal, sino por pertenecer a un colectivo, dotado de un rasgo que produce repulsión y desprecio a los agresores”*<sup>6</sup>.

Fizemos a opção de refletir essa questão a partir do texto de Elis Santos pois, para ela, *“falar de povos indígenas por nós, indígenas mulheres pesquisadoras, confere possibilidades também de trazer à tona essas reflexões e repetir, várias vezes, a verdadeira história, que foi contada durante séculos por um único viés discriminatório”*<sup>7</sup>. Isto ilumina a segunda parte do texto que apresenta caminhos para o enfrentamento da crise a partir de um olhar teológico que entende que a justiça de Deus engloba toda a criação (Lc 4,14-21) e que a paz social é laboriosa e artesanal<sup>8</sup>. Assim, a partir de uma abordagem qualitativa com procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e hermenêutica da teologia contextual se elaborou o presente texto que é parte de um estudo mais minucioso. Apresentamos aqui alguns apontamentos norteadores.

## 1. O escondimento indígena como injustiça e crime

A expressa maioria dos indígenas em Manaus se concentra nas regiões periféricas, silenciados e escondidos. Na crise migratória venezuelana o cenário apresentou uma ligeira mudança quando indígenas da etnia Warao começaram a se concentrar no Centro Histórico da cidade. O texto da antropóloga Elis Santos trata especificamente da realidade dos Warao em Manaus e reflete o processo de marginalização mesmo destes que iniciaram a ocupar o centro. Para esta pesquisadora, a expansão demográfica do município acarreta consequências sérias incluindo o desafio de *“abrigar migrantes vindos das diversas regiões brasileiras, do interior do estado e de outros países, atraídos por uma possibilidade de progredir na vida”*<sup>9</sup>.

Trata-se da atração de um modo de progresso enganador. Os processos de deslocamentos dos povos indígenas para a cidade de Manaus *“carregam a marca de uma história afetada pelas tendências de um Estado que mata seus povos originários, saqueia, contamina e destrói seus territórios tradicionais, prejudicando os modos de vida”*<sup>10</sup>. É o tipo de agressão à vida que desperta clamores silenciados dos povos e da terra. Insistimos: é *“injustiça e crime”*<sup>11</sup>.

<sup>5</sup> SANTA SÉ, Amazônia, 37.

<sup>6</sup> CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 35.

<sup>7</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 45.

<sup>8</sup> FT 217.

<sup>9</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 101.

<sup>10</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 160.

<sup>11</sup> QAm 14.

O Compêndio de Doutrina Social da Igreja enfatiza, com as palavras de João Paulo II que “as tentativas de eliminação de inteiros grupos nacionais, étnicos, religiosos ou linguísticos são delitos contra Deus e contra a própria humanidade, e os responsáveis por tais crimes devem ser chamados a responder diante da justiça”<sup>12</sup>. O reconhecimento da injustiça e do crime aponta para a possibilidade de enfrentamento e de denúncia que “é acompanhada da conclamação à libertação integral do ser humano”<sup>13</sup>.

Entendemos que se trata de uma marca da crise socioambiental em vigor. Por isso, um olhar necessário recai na elaboração científica do que a crise socioambiental representa. Não se trata de crises separadas, apesar de haver sinais de crise em diversas esferas, entendemos que a crise ecológica tem implicações nas dinâmicas sociais. Na lógica econômica, por exemplo, Löwy<sup>14</sup> afirma que se trata de um mesmo fenômeno gerador: “um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria”. Quando o ser humano acredita que tem poder total sobre o meio ambiente, “comete lamentável e trágico erro, tão grave como quando acredita que ele tem poder total sobre os outros seres humanos”<sup>15</sup>.

Frente a discursos negacionistas estão os sinais da realidade. Uma chave de leitura desses acontecimentos leva em conta que a crise ocorre, ou no mínimo se agrava, em decorrência da ação humana. É o caso das migrações forçadas com aumento de refugiados climáticos. Consoante a isso, Krenak<sup>16</sup> afirma que quando

despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isto é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados de índios, indígenas ou povos indígenas, mas todos.

Um dos produtos do processo migratório pode ser percebido na ocupação das periferias e calçadas das cidades por vezes numa situação de miséria extrema, mas também de dilaceração interior “devido à perda dos valores que os sustentavam [...]. As cidades, que deveriam ser lugares de encontro, enriquecimento mútuo e fecundação entre diferentes culturas, tornam-se palco dum doloroso descarte”<sup>17</sup>. Elis Santos reforça a denúncia de Darcy Ribeiro e identifica que os indígenas da diáspora, os não “aldeados”, foram explorados pelos contextos urbanos, tendo a identidade engolida pela política de integração na sociedade “civilizada”<sup>18</sup>.

Nesta crise socioambiental, a marginalização gera o escondimento, tal qual Dussel<sup>19</sup> definiu como encobrimento do outro, que continua sujeitando os povos indígenas com sua

<sup>12</sup> CDSI 506.

<sup>13</sup> DMdl 14.2; 7.13, 5.

<sup>14</sup> LÖWY, M., Capitalismo e crise ecológica, p. 28.

<sup>15</sup> RUBIO, A. G., Unidade na pluralidade, p. 542.

<sup>16</sup> KRENAK, A., Ideias para adiar o fim do mundo, p. 49.

<sup>17</sup> QAm 30.

<sup>18</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 42.

<sup>19</sup> DUSSEL, E., 1492.

diversidade étnica. Na lógica do máximo lucro, disfarçada de progresso torna-se “impossível qualquer preocupação sincera com a casa comum e qualquer cuidado pela promoção dos descartados da sociedade”<sup>20</sup>. Na cidade, o indígena é um migrante, com sua identidade cultural em risco e em crise. Os organismos governamentais evitam “garantir seus direitos, negando-lhes sua identidade e condenando-os à invisibilidade”<sup>21</sup>.

O processo de escondimento dos povos indígenas em contexto urbano de Manaus segue essa lógica perversa que inicia pela descaracterização antropológica que reflete na negação de sua identidade. Não é uma novidade se for considerar a política integracionista do processo colonizador. Para Santos<sup>22</sup>, “o ‘índio’ integrado deixava de ser considerado ‘índio’ para fins de proteção legal, [...] a intenção era de, aos poucos, serem totalmente apagados da história”. O escondimento ocorre desde a chegada na cidade e representa uma especificidade única dos movimentos migratórios na Amazônia.

Segundo Rubio<sup>23</sup>, “a marginalização sistemática [...] reaparece no genocídio perpetrado contra os índios que vão perdendo com sua terra a possibilidade de sobrevivência [...] e, nas moradias situadas nas periferias das grandes cidades carecem de um mínimo de infraestrutura etc.”. Isto multiplica o efeito desintegrador do desenraizamento que vivem os indígenas forçados a emigrar para a cidade, procurando sobreviver no meio dos costumes urbanos, individualistas e em ambiente hostil<sup>24</sup>, contrária à dinâmica comunitária dos povos indígenas e da Ecologia Integral, que se baseiam no reconhecimento da relacionalidade como categoria humana fundamental.

A cidade se transforma, então, em espaço de desencontros e de extermínio de povos, culturas e gerações<sup>25</sup>. Para Santos<sup>26</sup>, os fenômenos da etnicidade em áreas urbanas apontam para os problemas que se manifestam em Manaus em torno dos conflitos que sofrem os indígenas. A mobilidade humana na Amazônia revela o rosto de Jesus Cristo expulso e desabrigado (Mt 2,13-14). A Conferência de Puebla<sup>27</sup> exortava para o reconhecimento das feições sofredoras de Cristo, o Senhor.

O Papa Francisco<sup>28</sup> é categórico ao afirmar que “viver indiferentes à dor não é uma opção possível”. Diante da tendência à globalização da indiferença, “reconhecer todo ser humano como um irmão ou como irmã e procurar uma amizade social que integre a todos não são meras utopias. Exigem a decisão e a capacidade de encontrar os percursos eficazes que assegurem sua real possibilidade”<sup>29</sup>. Este reconhecimento elimina a ideia de superioridade, “*la convicción de que existe una relación de asimetría, de que la raza, etnia, orientación sexual, creencia religiosa o atea del que desprecia es superior a la de quien es objeto de su rechazo*”<sup>30</sup>.

<sup>20</sup> LD 31.

<sup>21</sup> REPAM, *Instrumentum Laboris*, 132.

<sup>22</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 42.

<sup>23</sup> RUBIO, A. G., Unidade na pluralidade, p. 562.

<sup>24</sup> QAm 21.

<sup>25</sup> REPAM, *Instrumentum Laboris*, 23.

<sup>26</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao.

<sup>27</sup> DP 31-32.

<sup>28</sup> FT 68.

<sup>29</sup> FT 180.

<sup>30</sup> CORTINA, A., Aporofobia, el rechazo al pobre, p. 18.

Uma forma de ler esse modo assimétrico de relacionamento foi apresentada por García Rubio como doença antropológica que leva o ser humano a oprimir e coisificar, em proveito próprio, outros seres humano, classes e povos; para este autor é, na verdade, um relacionamento desumano desenvolvido nas conquistas, colonizações, neocolonizações e imperialismos de modo que a “crise ecológica e dominação do homem pelo homem constituem as duas expressões básicas da doença que afeta o homem e a civilização moderna”<sup>31</sup>.

Na próxima seção tratamos o enfrentamento desta doença antropológica identificada no escondimento dos povos indígenas. Trata-se da elaboração de caminhos a partir de um olhar teológico que retoma a corresponsabilidade humana do cuidado com a Criação e supera a ideia de sujeição que mata e destrói. Não quer encerrar a reflexão, mas apresentar uma contribuição à medida que reconhece o longo caminho das populações indígenas de lutas e resistências.

## 2. Caminhos de enfrentamento

A história da resistência indígena em Manaus é longa. Não se luta apenas para sobreviver, mas para “viver, para sermos respeitados como gente”<sup>32</sup>. Em uma realidade de escondimento, os caminhos para o enfrentamento apresentam muitos limites diante de uma demanda crescente no contexto urbano da cidade de Manaus dos indígenas empobrecidos e marginalizados. O olhar teológico aqui enunciado busca lutar ao lado e nas causas dos indígenas, para o compromisso com a vontade de Deus, uma vez que

a opção pelos pobres não é motivada pelo desejo de criar um partido político ou estruturas políticas – mesmo que essas mediações possam parecer úteis e razoáveis –, mas pela vontade de Deus para avançar o seu Reino. Os frutos dessa opção serão vistos nas mudanças estruturais e na transformação da realidade para refletir melhor o coração de Deus<sup>33</sup>.

A opção pela causa indígena deriva dessa convicção da vontade de Deus em busca da justiça de todas as pessoas em sua integralidade. Júnior corrobora esta opção à medida que entende que nada do que se refere ao humano pode ser estranho ao cristianismo, assim que se pode dizer que “a missão da Igreja tenha a ver com o político, com o econômico e com o social. Não é dessa ordem, mas tem a ver com cada uma dessas ordens”<sup>34</sup>.

No início do processo do Sínodo para a Amazônia, o Papa Francisco<sup>35</sup> se reuniu com representantes de diversos povos indígenas em Puerto Maldonado (Peru) e afirmou que a cultura dos nossos povos é um sinal de vida. Apesar disso, a colonização deixou fortes sequelas e a evangelização a ela associada demonizou o sagrado indígena, disciplinando o que era considerado selvagem pelo processo de catequização, impondo a chamada “civilização”<sup>36</sup>. O labor pela integração indígena na lógica cidadina agrega

<sup>31</sup> RUBIO, A. G., Unidade na pluralidade, p. 568.

<sup>32</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 22.

<sup>33</sup> BINGEMER, M. C., Teologia latino-americana, p. 72.

<sup>34</sup> JÚNIOR, F. de A., Historicidade do reinado de Deus, p. 35.

<sup>35</sup> FRANCISCO, PP., Discurso do Papa no encontro com os povos da Amazônia.

<sup>36</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao, p. 44.

o escondimento de sua identidade para fins de eliminar e matar. O enfrentamento que ora propomos perpassa, assim, por um sério processo de descolonização.

Urge retomar a experiência bíblica da hospitalidade com o migrante: “se um migrante morar convosco na terra, não o maltratareis. O migrante em vosso meio será para vós como o nativo. Ama-o como a ti mesmo, pois também vós fostes migrantes na terra do Egito” (Lv 19,33-34). A mudança de estruturas exige mudança de mentalidades que passa pelo processo de conversão, pois deveriam indignar-nos “as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros”<sup>37</sup>.

Tudo está interligado e o cuidado com a vida e com a natureza é inseparável da fraternidade, da justiça e da fidelidade aos outros<sup>38</sup>. Os atos de violência e intolerância aos outros recusam a semelhança dos viventes apreendida na intersubjetividade da vivência empática do ser humano.

Os migrantes não são considerados suficientemente dignos de participar na vida social como os outros, esquecendo-se que têm a mesma dignidade intrínseca de toda e qualquer pessoa [...] nos importantes, menos humanos. É inaceitável que os cristãos partilhem esta mentalidade e estas atitudes, fazendo às vezes prevalecer determinadas preferências políticas em vez das profundas convicções da sua própria fé: a dignidade inalienável de toda a pessoa humana, independentemente da sua origem, cor ou religião, e a lei suprema do amor fraterno<sup>39</sup>.

À medida que se supera o individualismo, pode-se desenvolver um estilo de vida alternativo e torna-se possível uma mudança relevante, retomando os vínculos humanos, “reconstruídos pelo reconhecimento do rosto concreto dos pobres e pela responsabilidade da opção preferencial pelos pobres”<sup>40</sup>. O enfrentamento implica capacidade de fraternidade e de acolhida. Na realidade, uma sã abertura nunca ameaça a identidade de nenhuma das partes, mas enriquecem-se mutuamente<sup>41</sup>, transforma-se num dom.

A crise socioambiental abre novas oportunidades para apresentar Cristo em toda sua potencialidade libertadora e humanizadora<sup>42</sup>. Para Rubio<sup>43</sup>, a fé cristã no Deus trino ocupa um lugar fundamental numa teologia ecológica: “não o Absoluto solitário do pensamento filosófico antigo e moderno, mas o Deus-Comunhão-relação, o Deus Ágape, o Deus-Trino, tal é o Deus criador”. Uma tal experiência de Deus que é Todo-Poderoso no cuidado, não na opressão e sujeição. A imagem e semelhança de que o ser humano pode reivindicar tem a ver com o cuidado com a totalidade da criação.

Esta compreensão se caracteriza pela conectividade e harmonia de relações assimiladas pelos povos indígenas. Sem querer reduzir a totalidade de suas experiências, muitos povos atestam o bem viver como um “compreender a centralidade

<sup>37</sup> LS 90.

<sup>38</sup> LS 70.

<sup>39</sup> FT 39.

<sup>40</sup> PEDROSA-PÁDUA, L., Vínculos de humanidade para combater a aporofobia, p. 130.

<sup>41</sup> FT 148.

<sup>42</sup> REPAM, *Instrumentum Laboris*, 7.

<sup>43</sup> RUBIO, A. G., Unidade na pluralidade, p. 559.

do caráter relacional-transcendente dos seres humanos e da criação, e supõe um ‘bem fazer’<sup>44</sup>. O termo bem viver tenta ser uma tradução do conceito andino *Sumak Kawsai* que, para Krenak<sup>45</sup>,

é uma expressão que nomeia um modo de estar na Terra, um modo de estar no mundo. Esse modo de estar na Terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem água com a gente e que pisam nessa terra junto com a gente. Esses seres todos, essa constelação de seres, é que constituem uma cosmovisão.

Diante da lógica de separação, indiferença e exclusão, sugerimos o caminho do relacionamento fraterno e dialogal. A experiência indígena atenta que é possível começar de baixo e “caso a caso, lutar pelo mais concreto e local, até ao último ângulo da pátria e do mundo, com o mesmo cuidado que o viandante da Samaria teve por cada chaga do ferido”<sup>46</sup>. Assim, elimina a intolerância e o desprezo perante as culturas populares indígenas, própria dos especialistas em ética sem bondade, um pacto cultural que renuncie a maneira monolítica de conceber a identidade dum lugar e respeite a diversidade, oferecendo-lhe caminhos de promoção e integração social<sup>47</sup>.

O medo do diferente pode ser vencido pelo diálogo, que é uma comunicação jubilosa “entre aqueles que se amam”<sup>48</sup>. O amor fraterno é sublinhado com intensidade na literatura neotestamentária. Em Paulo “toda a Lei se resume neste único mandamento: ‘Amarás o teu próximo como a ti mesmo’” (Gl 5,14). Também existe um aspeto da abertura ao amor que não é geográfico, mas existencial<sup>49</sup>. A abertura dialogal do intercâmbio das diferenças é ocasião e possibilidade de desenvolvimento humano. Para Nodari, “em uma sociedade pluralista, o diálogo é sempre o caminho mais adequado para edificar a humanidade em sua dignidade”<sup>50</sup>.

Assim, o adoecimento do ser humano em suas relações podem ser superadas pelo reconhecimento da dignidade do outro que leva à fraternidade universal sugerida por Francisco na encíclica *Fratelli Tutti*. Superando o olhar objetivante para as coisas e os outros, entendemos ser possível a construção de atitudes de hospitalidade, acolhida e amor fraterno frente ao indígena no contexto urbano de Manaus como vínculos de humanidade pela amizade social.

## Conclusão

Por fim, entendemos que esta é uma reflexão incipiente, apesar do longo processo, este texto quis ser uma compreensão para se avançar na aplicação prática de caminhos de enfrentamento da injustiça e do crime a que estão sujeitas as diversas

<sup>44</sup> REPAM, *Instrumentum Laboris*, 13.

<sup>45</sup> KRENAK, A., Caminhos para a cultura do bem viver, p. 6.

<sup>46</sup> FT 78.

<sup>47</sup> FT 220.

<sup>48</sup> EG 142.

<sup>49</sup> FT 97.

<sup>50</sup> NODARI, P. C., Casa comum ou globalização da indiferença?, p. 85.

populações indígenas em contexto urbano. “A defesa da vida da Amazônia e de seus povos requer uma profunda conversão pessoal, social e estrutural. A Igreja está incluída neste apelo a superar qualquer tendência a modelos colonizadores que causaram tantos danos no passado”<sup>51</sup>.

Há um enfrentamento realizado pelos próprios povos indígenas em diversas iniciativas e frentes. Destacamos o trabalho realizado pela Pastoral Indigenista da Arquidiocese de Manaus e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A Pastoral Indigenista é a tentativa de cuidar, da Igreja Católica, das comunidades indígenas que estão em Manaus e seu entorno, pois houve uma “sensação de o trabalho da Igreja tenha ficado mais de lado. Estamos agora tentando trazer esse trabalho mais pro centro, sobretudo a partir do Sínodo”<sup>52</sup>. Trazer cada vez mais para o centro preocupações, inquietações das populações indígenas, não como tutela. A pastoral na Arquidiocese de Manaus busca incidência de políticas públicas que garantam a vida das populações indígenas enfrentando resistências, contrário à sujeição das populações indígenas por vias religiosas, que é um escândalo para nosso tempo.

Para Santos<sup>53</sup>, a formulação do indígena como ser exótico, selvagem, primitivo são categorias utilizadas para atrair os turistas a Manaus e seus arredores, para ver como os “índios” vivem continua a esconder a realidade a que estão sujeitas as populações indígenas em Manaus. A indiferença em relação aos sofrimentos e a intolerância em termos do controle não são sinônimos de escondimento e invisibilidade, e podem ser melhor expressos diante da perspectiva da naturalização: a naturalização “é a apatia do olhar, que vê, mas não se altera, comove ou abala; enquanto a invisibilidade é um predicado do objeto que o torna inacessível ou imune à visão”<sup>54</sup>.

O Papa Francisco propõe um novo paradigma ao qual seguimos: o paradigma da fraternidade universal e da amizade social “sem fronteiras, do amor social, da preservação e do cuidado de toda a vida e solidária com o destino comum da humanidade e da terra”<sup>55</sup>. Na perspectiva da amizade social, pensa-se um projeto para todos, o que causa incômodo para os mecanismos de política presente na atualidade em que o outro é esquecido e lhe é negado seu direito de existir e de pensar.

O enfrentamento da injustiça e escondimento, “para não se reduzir a um simples problema ético-moral ou normativo – precisa dar um passo atrás e partir de uma reflexão antropológica que leve em consideração a estrutura e a totalidade da pessoa humana”<sup>56</sup>. “Trata-se de uma opção pela pessoa humana, pelo pobre marginalizado, que está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez carne por nós [...] Esta opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo”<sup>57</sup>. A pessoa humana cresce, amadurece e santifica-se tanto mais, quanto mais se relaciona<sup>58</sup>.

<sup>51</sup> SANTA SÉ, Amazônia, 81.

<sup>52</sup> ARQUIDIOCESE DE MANAUS, Relatório da Assembleia da Pastoral Indigenista, p. 5.

<sup>53</sup> SANTOS, E., Reprodução da vida Warao.

<sup>54</sup> RODRIGUES, I. de S.; DELGADO, L. P.; VALLE, B. S. do, O mito da invisibilidade dos cidadãos em situação de rua, p. 118-119.

<sup>55</sup> BOFF, L., O doloroso parto da mãe terra, p. 21.

<sup>56</sup> COSTA, M. M. da, A empatia em Edith Stein como estratégia de enfrentamento da intolerância, p. 102.

<sup>57</sup> DAp 392.

<sup>58</sup> LS 240.

Com o Nazareno ver e sentir compaixão (Mc 6,34), uma empatia e proximidade para com a situação concreta que desperta para o “refazimento dos vínculos de humanidade, pelo qual os considerados ‘menos humanos’ tornam-se humanos, [que] não permite pensar o bem comum e a dignidade humana de forma abstrata”<sup>59</sup>. É necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, cuidar com amor fraterno uns dos outros e não ser indiferente à realidade dos povos indígenas.

Neste sentido se situa o trabalho do Conselho Indigenista Missionário que está articulado em âmbito Regional (Norte 1 da CNBB – Amazonas e Roraima), sempre a serviço dos projetos de vida dos povos indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza, a caminho do Reino definitivo<sup>60</sup>.

Algumas aberturas de reflexão teológica podem utilizar a ciência antropológica, dentre as quais quando se pensa no contexto urbano como território urbanizado; também quando lembra que a categoria do pobre pode não caber aos povos indígenas, na consciência de que foram empobrecidos e/ou; quando enfatiza o fortalecimento do senso de pertencimento étnico que vai além de questões burocrático-documentais. Insistimos que o enfrentamento tem múltiplas dimensões, pois é da teologia, da pastoral da Igreja, mas também própria dos povos indígenas e, que tal enfrentamento pressupõe um Evangelho encarnado na realidade como Boa Nova do Reino que é comunicada para toda a criação.

### Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE MANAUS. **Relatório da Assembleia da Pastoral Indigenista**, 2022.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 2. impr. São Paulo: Paulus, 2003.

BINGEMER, Maria Clara. **Teologia latino-americana: raízes e ramos**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2017.

BOFF, Leonardo. **O doloroso parto da mãe terra: uma sociedade de fraternidade sem fronteira, e de amizade social**. Petrópolis: Vozes, 2021.

CABRAL, Umberlândia; GOMES, Irene. Censo 2022: Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 27 out. 2023. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal>>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CELAM. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. **Conclusões de Medellín**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CELAM. **Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina**.

<sup>59</sup> PEDROSA-PÁDUA, L., Vínculos de humanidade para combater a aporofobia, p. 130.

<sup>60</sup> SILVA, Victória Santos, Conselho indigenista missionário (CIMI) e o movimento indígena.

Petrópolis: Vozes, 1979.

CELAM. **Documento de Aparecida**: texto conclusivo da V conferência geral do episcopado latino-americano e do Caribe: 13-31 de maio de 2007. 12. ed. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulus / Paulinas, 2011.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: un desafío para la democracia. Barcelona / Buenos Aires / México: Paidós, 2018.

COSTA, Matheus Marques da. A empatia em Edith Stein como estratégia de enfrentamento da intolerância. **Território Acadêmico**, v. 1, n. 1, p. 87-114, 2019.

DUSSEL, Enrique. **1942**: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***: a alegria do Evangelho. São Paulo: Paulinas, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica *Laudato Si'***: sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015.

FRANCISCO, Papa. **Discurso do Papa no encontro com os povos da Amazônia**. Puerto Maldonado, 19 jan. 2018. Não paginado. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco\\_20180119\\_peru-puertomaldonado-popoliamazonia.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/january/documents/papa-francesco_20180119_peru-puertomaldonado-popoliamazonia.html)>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FRANCISCO, Papa. **Carta encíclica *Fratelli Tutti***: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulinas, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica pós-sinodal *Querida Amazônia***: ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Exortação apostólica *Laudate Deum***: sobre a crise climática. São Paulo: Paulus, 2023.

JÚNIOR, Francisco de Aquino. Historicidade do reinado de Deus. In: LIMA, Degislano Nobrega de; ANDRADE, Durval Ângelo; ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de (Orgs.). **Teologia da história e ação transformadora**. Rio de Janeiro: Letra Capital / PUC-Rio, 2021. p. 28-43.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver**. Disponível em: <<http://www.culturadobemviver.org/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

LÖWY, Michael. Capitalismo e crise ecológica: a mudança climática, catástrofe sem precedente na história humana. In: SANT'ANA, Raquel Santos; SILVA, Maria das Graças e; LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. (Orgs.). **Crise socioambiental e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2024. p. 43-74.

NODARI, Paulo César. **Casa comum ou globalização da indiferença?** Ensaio sobre ecologia integral, fraternidade, política e paz. São Paulo: Paulus, 2022.

PEDROSA-PÁDUA, Lúcia. Vínculos de humanidade para combater a aporofobia. **Fronteiras**, v. 5, n. 1, p. 117-135, jan./jun. 2022.

PONTIFÍCIO CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

REPAM. Assembleia Especial para a Região Pan-Amazônica. **Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral “Instrumentum Laboris”**. Brasília: Edições CNBB, 2019.

RODRIGUES, Igor de Souza; DELGADO, Letícia Paiva; VALLE, Bruno Stigert do. O mito da invisibilidade dos cidadãos em situação de rua. **Abordagens**, v. 1, n. 1, p. 111-121, jan./jun. 2019.

RUBIO, Alfonso García. **Unidade na pluralidade: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2001.

SANTA SÉ. **Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral**. Assembleia especial do sínodo dos bispos para a região Pan-Amazônica: Documento Final. Brasília: Edições CNBB, 2019.

SANTOS, Elis Alberta Ribeiro dos. **Reprodução da vida Warao: impactos e transformações a partir do contexto urbano de Manaus/AM**. Porto Alegre, 2021. 182p. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, Victória Santos. Conselho indigenista missionário (CIMI) e o movimento indígena: por meio da comunicação emergem resistências. In: Encontro Regional de História da ANPUH MG, 24., 2024, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de História, 2024. Disponível em: <<https://www.encontro2024.mg.anpuh.org>>. Acesso em 18 mar. 2026.

***Matheus Marques da Costa***

Mestrando em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro / RJ – Brasil  
E-mail: mathfne@gmail.com

Recebido em: 21/06/2025

Aprovado em: 30/03/2026